

Apresentação do dossiê

GÊNERO E SEXUALIDADE: QUESTÕES PARA A EDUCAÇÃO ESCOLAR?

Em razão das manifestações apresentadas por grupos vinculados à bancada religiosa fundamentalista de parte do legislativo brasileiro contra a visita da pesquisadora Judith Butler ao Brasil, em setembro de 2015, argumenta-se e apresenta-se no texto como tais ações são marcadas pela matriz heterossexual. O texto aponta os dados da violência contra mulheres e travestis, e problematiza o quanto a eliminação das questões de gênero dos planos de educação reitera tais práticas. Apresenta-se o conjunto dos artigos que constituem o dossiê do presente número da revista, demonstrando como as discussões contidas neles revelam a matriz heterossexual como *modus operandi* e conduzem a práticas de apagamento de sujeitos quando estes desobedecem à norma heterossexual. Conclui-se que os textos publicados neste número podem alimentar outras possibilidades de ver e pensar as dinâmicas de gênero e de sexualidade nas práticas e cultura escolar; e, ainda, que a negação das discussões de gênero e sexualidade mantém a escola como espaço e lugar da reprodução de estigmas, de preconceitos e da repetição das violências vividas dentro e fora desse espaço.

Em setembro de 2015, a filósofa americana Judith Butler, professora da Universidade de Berkeley, na Califórnia, pesquisadora e ativista do feminismo contemporâneo - uma das principais referências do campo de estudos *queer* - esteve pela primeira vez no Brasil proferindo palestra e conferências no I Seminário Queer, realizado pelo SESC- Vila Mariana em parceria com a Revista Cult, na cidade de São Paulo, no I Congresso Internacional e II Congresso Nacional de Literatura e Gênero: corpos que (se) importam, realizado na Universidade do Estado de São Paulo - Unesp

São José do Rio Preto e no II Seminário Internacional Desfazendo Gênero, realizado na Universidade Federal da Bahia, em Salvador.

A pesquisadora e ativista chegou ao Brasil num momento em que, em nosso país, desenrolavam-se ações no legislativo brasileiro por parte de grupos organizados da sociedade civil que se opunham à inclusão das questões de gênero e diversidade sexual nos planos estaduais e municipais de educação. A supressão desse debate já havia ocorrido na Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação - 2014-2020. Desse modo, ao longo de todo o ano de 2015, e ainda no ano que segue (2016), assiste-se no cenário nacional, em diversas instâncias, manifestações contrárias ao debate e também à supressão dos saberes e conhecimentos produzidos acerca das dinâmicas de gênero e de sexualidade no âmbito dessas legislações.

Um exemplo dessas manifestações aconteceu, por exemplo, na cidade de São Paulo, quando Judith Butler chegou para proferir a sua fala no I Seminário *Queer*, no SESC- Vila Mariana. A filósofa foi recebida por manifestantes que se opunham ao debate de gênero na escola, portando cartazes apresentando as seguintes expressões: “Fora aberração de gênero!”, “Cuidado! Querem impor a ideologia homossexual nas escolas”, “A ideologia de gênero na escola destruirá as famílias!”, dentre outros dizeres.

Tais manifestações foram noticiadas em variados canais midiáticos, dentre eles canais eletrônicos, como o g1.globo.com, o operamundi.uol.com.br e em jornais de grande circulação como a *Folha de S. Paulo*. A questão colocada por Butler e também por pesquisadores brasileiros, como aqueles vinculados ao Grupo de Trabalho 23 – Gênero, Sexualidade e Educação, da Associação Nacional de pesquisa e Pós-graduação – ANPED diante de tais manifestações diz respeito ao que esses grupos temem com a discussão de gênero e diversidade sexual na escola.

Em todo o campo de produção dos estudos de gênero e diversidade sexual no Brasil, e fora daqui, não é possível localizar nenhuma publicação em que se apresente a apologia a qualquer manifestação de orientação

sexual e/ou de destruição da organização da instituição social família. No entanto, esse campo de estudos possibilita pensar e apresentar explicações acerca da produção e veiculação de textos de caráter agressivo e violento - como o afirmado pelo cartaz em que se lia “Fora aberração de gênero”, referindo-se à Judith Butler.

“Aberração de gênero” estava relacionada ao fato de Butler ser uma teórica do campo dos estudos *queer*? Por ser ela uma feminista, ativista? Por se identificar como uma mulher lésbica? Ou por se apresentar e performar todas essas possibilidades? Considerando a produção teórica dessa autora, adverte-se que, ao considerá-la uma aberração, os manifestantes e grupo(s) reclamam da ruptura, provocada por Judith Butler, em seus modos de existir com os processos de normatizações e normalizações de gênero. Ela desobedece às normas e à matriz heterossexual que estruturam modos de ser e de existir binários e heterossexuais como os únicos que são válidos e aceitáveis.

Por matriz heterossexual, Judith Butler (2015) compreende os modos pelos quais são atribuídos ao gênero e à sexualidade significados que excluem ou incluem determinados tipos de corpos à ordem social. Assim, há processos sociais que determinam a correspondência sexo-gênero. Tal matriz, para a autora, confere inteligibilidade aos corpos – mantidos numa coerência, unidade e estabilidade – e se compõe por meio de uma rede de relações, de uma cadeia contínua entre sexo, gênero, desejo e prática sexual. A matriz heterossexual se encontra entrelaçada tanto com a coerência quanto com a incoerência; com a continuidade e descontinuidade dos corpos. Desse modo, corpos que apresentam uma discordância sexo-gênero-desejo-prática sexual estariam fora da matriz de inteligibilidade, a matriz heterossexual. Assim, a heterossexualidade é tornada legítima, e a homossexualidade e as outras formas de expressão da sexualidade são tornadas ilegítimas, aberrações a serem remodeladas, combatidas.

O que temem tais grupos com a discussão de gênero nas escolas?

Nas entrevistas concedidas por Judith Butler a diversos canais da mídia brasileira, em setembro de 2015, a pesquisadora afirmou que esses grupos temeriam que outras explicações produzidas pela ciência acerca das existências do humano possam ser apresentadas pelas escolas às crianças, aos adolescentes e jovens. A filósofa também se referiu à ignorância apresentada por aqueles grupos que se opõem aos conceitos produzidos no campo dos estudos de gênero e da sexualidade, bem como ao modo como a censura ao termo gênero implica a admissão de que esses são conceitos que têm o poder de fazer coisas às pessoas. Acessar tais conceitos não significa, para o campo dos estudos de gênero, favorecer que crianças e adolescentes, inevitavelmente, passem a existir – pelo simples fato de ter acesso ao conhecimento – como lésbicas, gays, travestis ou transexuais.

Com isso, pode-se afirmar que a aparente ignorância demonstrada por tais grupos – senadores, deputados federais e estaduais, professores, juristas, padres, pastores etc. – quanto aos significados e sentidos atribuídos aos conceitos gênero e sexualidade no campo teórico e dos movimentos sociais é intencional e propositada. Tal intencionalidade é marcada pelo ataque ao estado laico e aos princípios democráticos e constitucionais expressos na *Carta Pública do GT Gênero, Sexualidade e Educação da ANPEd: sobre a importância da abordagem de gênero e sexualidades na Educação*.

Defendemos o Estado Laico, os princípios democráticos que balizaram as Conferências de Educação e resultaram nas elaborações dos Planos de Educação, pois compreendemos que os modos como vêm sendo conduzidos, em inúmeros municípios e estados, os debates em torno das temáticas ligadas ao gênero e às sexualidades nos Planos de Educação ferem os princípios constitucionais de laicidade e de direitos humanos que devem reger a Educação Brasileira [...] abordar as temáticas de relações

de gênero e orientação sexual, no campo educacional é fundamental para a efetivação de uma educação democrática e livre para todas as pessoas, ressaltando seus direitos a uma educação ampla e irrestrita, cuja principal função é ensinar o livre pensamento e a possibilidade de expressão a todas as crianças, jovens e pessoas adultas. (ANPED, 2015).

A esse mesmo respeito encontramos na *Carta Pública da Associação Brasileira de Ciência Política* a manifestação “Contra a Eliminação de Diretrizes para a Igualdade de Gênero e o Respeito à Diversidade Sexual dos Planos de Educação”. A associação afirma que tais ações (a retirada das questões de gênero e diversidade sexual dos planos de educação) são uma ofensiva orquestrada por “grupos religiosos no Congresso Nacional e nos legislativos estaduais e municipais” no Brasil. Na ofensiva, a carta afirma que esses grupos mobilizam

[...] a noção de “ideologia de gênero”, procura deslegitimar estudos que vêm se acumulando há décadas em diversas universidades e países do mundo e que têm sido uma base importante para o aprofundamento da democracia e a superação da opressão e da violência contra muitas pessoas, em especial mulheres e homossexuais. (ABCP, 2015, p. 1).

O que as associações manifestam, portanto, é uma resposta a grupos que, deliberadamente, opõem-se a diretrizes educacionais e projetos de formação que enfrentem e superem modos de pensamento pautados numa matriz heterossexual que promove a violência e a exclusão de grupos inteiros de pessoas que desobedecem às normas de gênero e de orientação sexual; alimentam a violência praticada contra mulheres, lésbicas, gays, travestis e transexuais em nosso país, cotidianamente; e alimentam uma cultura perversa que impede o questionamento acerca da violência praticada, pois ao não apresentar as ferramentas teórico-conceituais –

conhecimento produzido – aos estudantes e professores que atuam na educação básica e na universidade, não os possibilitam pensar e promover ações que eliminem o sofrimento de “quem tem o valor de sua vida reduzido por preconceitos e humilhações cotidianas” (ABCP, 2015, p.1).

Esses indivíduos são meninas e meninos sujeitos a violência sexual, vítimas de agressões, homicídios e suicídios em razão de sua identidade sexual, de gênero ou dos arranjos familiares destoantes das normas das quais fazem parte.

A posição apresentada pelos grupos que fundamentam a exclusão das questões de gênero e sexualidade da educação escolar retira dela e de seus agentes a possibilidade de problematizar e contribuir para a superação dos dados de homicídios praticados contra a mulher, como os assinalados no mapa da violência de 2015. O mapa aponta que dos 4.762 homicídios de mulheres registrados em 2013, 2.394, isto é, 50,3% do total nesse ano (1.583 mulheres), foram mortas pelos seus parceiros ou ex-parceiros. Isso representa perto de 7 feminicídios – crime praticado contra a mulher pelo fato de ser mulher – diários em 2013 no Brasil. O dado apresentado pelo mapa indica que o Brasil, de 1980 a 2013, contabilizou 106.093 assassinatos de mulheres.

Ao buscarmos o perfil das mulheres assassinadas no mapa, verificamos que elas, em sua maioria, são meninas e mulheres negras, com idade entre 18 e 30 anos. Para além desses dados, localizam-se entre essas as mulheres trans, configurando o que Berenice Bento, importante estudiosa do campo no Brasil, denomina transfeminicídio.

O Grupo Gay da Bahia (GGB), em relatório datado de 2015, informa que no Brasil, em 2015, ocorreu um crime de ódio a pessoas LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis) a cada 27 horas. Foram 318 pessoas assassinadas. O grupo indica que os crimes são praticados inclusive contra pessoas não LGBT. Em 2015, do total, foram mortos 7% de heterossexuais confundidos com gays e 1% de amantes de travestis (GGB, 2015). De acordo com a Rede Nacional de Pessoas Trans no Brasil e o GGB, em 2016, já foram

reportados, até meados de setembro de 2016, 99 homicídios, 10 suicídios, 35 tentativas de homicídio e 38 casos de agressões à travestis no Brasil. A escola não poderia desencadear processos educativos que contribuíssem para a superação desse dado de violência? Essa contribuição não poderia se fundamentar nos estudos, pesquisas e conhecimento acumulado que colaboram para o entendimento desses modos de construção humana que levam a ações e condutas violentas contra a expressão ou os comportamentos permeados pelos modos como entendemos e construímos o que podem as pessoas e os corpos?

Os pesquisadores e pesquisadoras que escreveram o conjunto de textos deste dossiê defendem que sim. Em todos os artigos que se seguem no dossiê que compõe o número deste periódico, apresenta-se um conjunto de ideias e argumentos que possibilita a discussão e a defesa da importância de a escola ser uma instituição e agência de produção de saberes, informações e conhecimentos que ensejem outros modos de existência.

Nos artigos encontraremos discussões que, de um modo ou de outro, revelam como a matriz heterossexual conduz a práticas de apagamento de sujeitos e a sua invisibilização quando eles desobedecem à norma heterossexual. Há, assim, o que Rogério Diniz Junqueira (2013, p. 481) denomina *pedagogia do armário*: “[...] o conjunto de práticas, relações de poder, classificações, construções de saberes, sujeitos e diferenças que o currículo constrói sob a égide das normas de gênero e da matriz heterossexual”.

Junqueira (2013) reitera, com base em Sedgwick (2007), que a pedagogia do armário interpela a todos. O “armário” é

[...] esse processo de ocultação da posição de dissonância ou de dissidência em relação à matriz heterossexual, faz mais do que simplesmente regular a vida social de pessoas que se relacionam sexualmente com outras do mesmo gênero, submetendo-as ao segredo, ao silêncio e/ou expondo-as ao desprezo público. Com

efeito, ele implica uma gestão das fronteiras da (hetero)normalidade (na qual estamos todos(as) envolvidos(as) e pela qual somos afetados(as)) e atua como um regime de controle de todo o dispositivo da sexualidade. Assim, reforçam-se as instituições e os valores heteronormativos e privilegia-se quem se mostra devidamente conformado à ordem heterossexista. (DINIZ, 2013, p. 486).

Desse modo, não apenas estudantes, mas também professores, são instados a se manterem no “armário” no espaço escolar. Os que demonstrarem conformação com o padrão heterossexual, estando dentro ou fora do armário, serão privilegiados. Os que desobedecerem a essa norma são potencialmente colocados em situação de vulnerabilidade às práticas homofóbicas, sexistas, tranfóbicas e misóginas. Acerca das experiências da homossexualidade, encontramos neste dossiê os textos de Isaias Batista de Oliveira Jr. e Eliane Rose Maio, e o texto de Filipe Gabriel Ribeiro França. O primeiro apresenta o debate sobre os conceitos de opção e orientação sexual e a discussão acerca das “(des)controvérsias na (des)caracterização da homossexualidade”. O segundo, com base em narrativas de professores que se autoidentificam como homossexuais, problematiza como as experiências desses sujeitos constituem-nos e as suas práticas. O texto apresenta como os professores vivem e pensam o “armário” e o modo como a internet se tornou, para eles, uma ferramenta de ampliação das vivências das suas homossexualidades.

O que o dossiê nos apresenta é um conjunto de debates que torna possível pensar as sexualidades e a produção do gênero em instâncias como a escola, a ciência e as mídias. Apresenta-nos ainda possíveis modos de questionamentos da ordem dada acerca de dimensões fundantes do humano, como gênero e sexualidade.

Assim, o enfrentamento e a superação dos preconceitos desencadeados sobre as rupturas dos modelos de gênero e sexualidade apontados como válidos poderá ocorrer por processos de desestabilização – nos processos de

ensino, aprendizagem e gestão escolar das práticas normalizadoras e de marginalização dos sujeitos. Torna-se importante considerar que tais práticas podem ser enfrentadas ou referendadas por componentes curriculares como o assinalado no texto produzido por Suse Mayre Martins Moreira Azevedo e Marcos Lopes de Souza. Na pesquisa relatada, os autores indicam como uma disciplina escolar pode se pautar na vigilância dos corpos adolescentes “[...] negando os debates que envolvem as práticas sexuais, regulando os desejos e enfocando a correção dos pensamentos e atitudes relacionados à gravidez na adolescência e à transmissão de doenças sexualmente transmissíveis”, e, como a disciplina Educação para Sexualidade, ministrada nos 8º e 9º anos do ensino fundamental na cidade de Jequié(BA), a depender do docente que a assume, pode, com base em discussões sobre gênero e diversidade sexual, mobilizar práticas e apontar “novas reconfigurações do ensino da sexualidade nestes espaços educativos”.

O texto de Azevedo e Souza nos mostra o quanto os profissionais da educação – professores, gestores etc. – podem ou não ser alheios às dinâmicas de gênero e de sexualidade nos espaços escolares e no processo de ensino e aprendizagem. Eles podem manter a matriz heterossexual ou questionar as normatizações de gênero e sexualidade na escola.

A matriz heterossexual e o binarismo de gênero, no entanto, não são fabricados e/ou disseminados apenas no espaço escolar. Ela é pode ser percebida também na produção da ciência moderna; nesta, observa-se o quanto, por exemplo, as mulheres e o seu trabalho foram invisibilizados. Tal invisibilização é recorrente nos textos escolares, nos processos de ensino e de aprendizagem que, sem dúvida, apresentam forte relação com as ciências de origem dos campos disciplinares da escola. A respeito da discussão entre gênero e ciência, Silva e Ribeiro (2011, p. 2) afirmaram:

Mais recentemente, porém, a crítica feminista à ciência tem avançado para o questionamento dos próprios pressupostos da ciência moderna, “virando-a do avesso” ao revelar que ela não é

nem nunca foi neutra do ponto de vista de gênero, classe, raça/etnia. Instrumentada pelo conceito de gênero, a crítica feminista questiona o forte viés sexista e androcêntrico que permeia a ciência, que define o homem branco, heterossexual, capitalista, ocidental como sujeito do conhecimento, os pressupostos epistemológicos que orientam o fazer científico, a forma como são socializados os sujeitos que buscam seguir na ciência, entre outros aspectos.

A compreensão da interface gênero e ciência, como apontada na citação anterior, desvela o quanto a produção da ciência pela crítica feminista é atravessada pelos marcadores de gênero, classe, raça/etnia. As autoras apontam ainda para elementos que possibilitam pensar o apagamento das mulheres cientistas dos textos escolares e, portanto, dos processos de ensino e aprendizagem na escola. O texto de Joanalira Corpes Magalhães e Fabiani Figueiredo Caseira tem como foco uma pesquisa em foram analisados excertos de vídeos do programa “Para Mulheres na Ciência”, de 2013, que mostram como as mulheres premiadas pelo programa se tornaram cientistas. Além disso, o texto revela as motivações dessas mulheres em seus campos de pesquisa e os significados que elas constroem sobre a premiação recebida.

A discussão sobre gênero e ciência possibilita refletir e discutir sobre as representações de ciência e de cientistas presentes em várias instâncias e instituições sociais. Tais representações se fazem presentes na escola e nos processos de ensino no que diz respeito a presença da mulher na ciência e também podem favorecer discussões acerca da presença de pessoas com outras identidades de gênero, como travestis e transexuais. Observa-se que haverá um grande vazio, particularmente no campo das ciências biomédicas, das engenharias e tecnológicas quanto à presença dessas pessoas, cabendo, portanto, o questionamento sobre esse vazio. Desse modo, o texto de Joanalira Corpes Magalhães e Fabiani Figueiredo Caseira, presente no dossiê, revela o quanto a escola e outras instâncias sociais estão implicadas

no modo como homens e mulheres são construídos e procedem às suas escolhas profissionais. Assim, a produção dos masculinos e femininos, de homens e mulheres, é, igualmente, permeada pelos processos normalizadores das identidades de gênero e das identidades sexuais.

Os modos como se constroem e se vivem as experiências de gênero e de sexualidade sempre foram diversos e plurais. A escola como instância e agência formadora em todos os seus processos sempre foi convocada a olhar para esses modos. Ela atuou e continua atuando de maneira a conformar ou superar os modelamentos das condutas, gestos e normas de gênero e sexualidades. Nesse sentido, a escola, ao lidar com o humano, com adolescentes, crianças, jovens e, contemporaneamente, com adultos, encontra o desafio de lidar com as múltiplas, plurais e singulares formas de existência do ponto de vista da expressão dos gêneros e das sexualidades¹.

Nesse sentido, a configuração do mundo contemporâneo, marcado pelas tecnologias digitais – que incluem os aplicativos e as redes sociais – e pelo avanço científico, tem permitido a emergência de outros corpos e outras vivências das relações afetivas e das sexualidades. Tais tecnologias contribuem para um limiar tênue entre o público e o privado, a intimidade e o público. Desse modo, têm emergido entre adolescentes práticas e experiências com o corpo e a sexualidade que, de um modo ou de outro, atingem a escola. Assim, a emergência de práticas e vivências da sexualidade envolvendo o *sexting* é tema do artigo de Suzana da Conceição de Barros e Paula Regina Costa. Nele, as autoras definem o *sexting* como uma prática de “compartilhamento de mensagens, fotos e vídeos de cunho erótico/sensual/sexual por meio das tecnologias digitais”. Na pesquisa que realizaram, Barros e Ribeiro demonstram como o *sexting* marca o cotidiano de adolescentes brasileiros e como ele atualiza o dispositivo da sexualidade. Para elas, essa prática pode ser considerada “uma ruptura nas formas de vivenciar a sexualidade” e ela está também implicada nas dinâmicas de

1 A referência ao plural tem a intencionalidade de marcar que a existência humana se dá com base em uma diversidade de experiências fluídas que rompem com o binarismo de gênero (homem/mulher) e com modelos fixos e imutáveis de sexualidade.

gênero. Embora a prática envolva meninos e meninas, os dados empíricos apresentados pelas autoras revelam o quanto as meninas praticantes do *sexting* são alvos privilegiados das críticas, xingamentos e culpabilizações. “Aos meninos, muitas vezes restam elogios e apoio de todos/as, pois culturalmente se instituiu que cabe ao menino/homem vivenciar os prazeres da sexualidade”, reiteram Barros e Ribeiro (2016).

Os textos do dossiê apresentado neste número da *Ensino em Re-Vista* alimentam construções de sentidos e problematizações acerca das discussões sobre gênero e sexualidade na educação escolar. As temáticas abordadas provocam a interlocução com estudos e pesquisas contemporâneas do campo de estudos de gênero, sexualidade e educação escolar; elas permitem afirmar que o gênero e a sexualidade são dimensões que constituem o humano e são centrais aos modos como as sociedades contemporâneas delimitam o que é e pode um corpo, o que é e pode um homem e uma mulher. Delimitam ainda os modos como esses homens e mulheres vivem seus desejos e prazeres em seus corpos.

Nesse sentido, a escola é um espaço privilegiado de disputa pelos projetos de produção e formação dos sujeitos. A recusa apontada na parte inicial desse texto por grupos que se opõem a instauração da discussão de gênero na educação escolar brasileira, que agrediram a teórica Judith Butler em sua visita ao Brasil em setembro de 2015, vai na contramão de toda a discussão apresentada pelo conjunto de textos do dossiê apresentado.

Tais grupos, ligados a bancadas fundamentalistas de grande parte dos legislativos municipais, estaduais e federal, negam às crianças, adolescentes, jovens, adultos e profissionais da educação o acesso a bases explicativas de diferentes campos da ciência que possibilitam a compreensão dos modos como os sujeitos, seus corpos e suas sexualidades são inventados. Negam ainda a ideia de que a escola é espaço/lugar de produção de sujeitos, de produção da dúvida e do exercício da criticidade. Tal negação se torna possível pela imposição do silenciamento, do medo e das ignorâncias acerca da produção do gênero e da sexualidade, mantendo a escola e a educação

escolar como espaço da reprodução de estigmas, de preconceitos e da repetição das violências expostas oficialmente e cotidianamente pela mídia e pelos mapas de violência como os revelados neste texto.

Por fim, a expectativa é de que o trabalho conjunto apresentado neste número possa alimentar outras possibilidades de ver e pensar as dinâmicas de gênero e de sexualidade nas práticas e na cultura escolar.

Referências

ABCP. Carta Pública da Associação Brasileira de Ciência Política Contra a Eliminação de Diretrizes para a Igualdade de Gênero e o Respeito à Diversidade Sexual dos Planos de Educação. *Associação Brasileira de Ciência Política*. Disponível em: <<http://www.cienciapolitica.org.br/carta-publica-da-associacao-brasileira-de-ciencia-politica-contra-a-eliminacao-de-diretrizes-para-a-igualdade-de-genero-e-o-respeito-a-diversidade-sexual-dos-planos-de-educacao/#.V-hsKPkrKUn>>. Acesso em: 12 de ago. 2016.

ANPED. Carta Pública sobre a importância da abordagem de Gênero e Sexualidades na Educação. *Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação*. Disponível em: <http://www.anped.org.br/sites/default/files/resources/Carta_P_blica_GT_23_22_06_15.pdf>. Acesso em: 12 de ago. 2016.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Trad. Renato Aguiar. Gender trouble – Feminism and the subversion identity. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. 287p.

GGB. *Relatório de 2015 - Assassinatos LGBT no Brasil*. Grupo Gay da Bahia.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Pedagogia do armário - A normatividade em ação. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 7, n. 13, p. 481-498, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br/index.php/semestral/article/view/320/490>>.

WASELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da violência 2015 - homicídio de mulheres no Brasil*. 1. ed. Brasília: FLACSO, 2015. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>.

Elenita Pinheiro de Queiroz Silva

Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação
Universidade Federal de Uberlândia